

Estado de Mato Grosso.
Prefeitura Municipal de Fárdim

Sesi nº 838/73 - de 03 de dezembro de 1973.

Dispõe sobre autorizações para o chefe do Executivo contrair empréstimo junto ao BNB do Brasil S/A., para os fins que especifica e dá outras providências.

A câmara Municipal de Fárdim - M.T.,
decreta e leva sancionado a presente Lei.

Art. 1º - O prefeito Municipal de Fárdim - M.T.,
fica autorizado a contratar empréstimo até o valor de cruzeiros 88.502,50 (oitenta e oito mil, quinhentos e dois cruzeiros e cinquenta centavos). dentro do esquema operacional de aplicação dos recursos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasp).

Esibg/B

instituído pela Sae complementar nº 8, de 03.12.70, regulamentada pelo Decreto nº 41.618, de 26.12.72 e Resolução nº 254, de 15.03.73, do B.C. Central do Brasil e de que é administrador o Bc. do Brasil S/A.

Art. 2º - O empréstimo se destinará a construções de uma Unidade Sanitária destinado ao Leste de Saúde Municipal, a referida construção será de alvenaria, com área de 160 m² (cento e sessenta metros quadrados), e o Prefeito poderá assinar com o Bc. do Brasil S/A., os contratos que fôr necessário a obtenção do empréstimo com as cláusulas de prazo, adotadas por aquele estabelecimento bancário e mais as que forem permitidas ou exigidas pelo Conselho Monetário Nacional, para as operações de que trata, inclusive correção monetária e juros.

Art. 3º - Fica o prefeito autorizado, também, a seguir garantia para a cobertura do empréstimo:

a) - vinculação de parte das quotas do município do Fundo de Participação dos Municípios, destinadas a despesas de capital, em montante suficiente para cobrir o débitores-sulfante das obrigações assumidas.

Art. 4º - Para o cumprimento das obrigações

decorrentes desta Scei, inclusive na parte de recursos próprios a que o Município terá que correr com condições para obtenção do empréstimo, o Poder Executivo abrirá no corrente exercício um crédito especial, no valor de R\$ 8.850,25 (oitos mil oitocentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos), que correrá por conta do excesso de arrecadação.

Art. 4º - nos exercícios seguintes, o orçamento municipal consignará as verbas necessárias ao atendimento das obrigações respectivas, para a liquidação das quotas do Fundo de Participação dos Municípios, por qualquer motivo, se revelarem insuficientes para o pagamento das obrigações contratuais.

Art. 5º - fica o Poder Executivo desobrigado da licitação, para contratação com a firma empreiteira em virtude da urgência da construção, de acordo com as normas do Art. vigésimo Terceiro Item III, da Scei Estadual nº 3.199, de 05.07.72, que regulamenta no âmbito Estadual o problema de licitação, conscientes as normas previstas na Scei Federal nº 5.456 de 20.06.68, que estendeu aos Estados e Municípios a aplicação das normas do Decreto Scei nº 200, de 25.02.67, referentes a licitação.

Geo. A.

C. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias.

Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim - MT.,
03 de novembro de 1943.

Eduardo da Silva

~~Eduardo da Silva~~
Prefeito Municipal